

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 18/XIV/ 2.^a SL

Aos 16 dias do mês de dezembro de 2020, pelas 9 horas e 30 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

[formato presencial e por videoconferência]

15:00 Horas

1. **Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
2. **Anúncio dos projetos de voto que baixaram à Comissão;**
3. **Apreciação e votação do relatório sobre as seguintes iniciativas europeias:**
COM(2020)614 - Proposta alterada de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à criação do sistema «Eurodac» de comparação de dados biométricos para efeitos da aplicação efetiva do Regulamento (UE) XXX/XXX [Regulamento Gestão do Asilo e da Migração] e do Regulamento (UE) XXX/ XX [Regulamento Reinstalação], da identificação de nacionais de países terceiros ou apátridas em situação irregular, e de pedidos de comparação com os dados Eurodac apresentados pelas autoridades responsáveis dos Estados-Membros e pela Europol para fins de aplicação da lei e que altera os Regulamentos (UE) 2018/1240 e (UE) 2019/818;
COM(2020)612 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que introduz uma triagem dos nacionais de países terceiros nas fronteiras externas e que altera os Regulamentos (CE) n.º 767/2008, (UE) 2017/2226, (UE) 2018/1240 e (UE) 2019/817;
COM(2020)610 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à gestão do asilo e da migração e que altera a Diretiva 2003/109/CE do Conselho e a proposta de Regulamento (UE) XXX/XXX [Fundo para o Asilo e a Migração];
COM(2020)611 - Proposta alterada de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que institui um procedimento comum de proteção internacional na União e que revoga a Diretiva 2013/32/UE;
COM(2020)613 Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à resposta a situações de crise e de força maior no domínio da migração e do asilo;
Relatora: Deputada Beatriz Gomes Dias (BE)
4. **Discussão do Projeto de Resolução n.º 669/XIX/2.^a (CDS-PP) - Revisão do Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de agosto;**
5. **Discussão e votação, nos termos dos n.os 7 e 8 do artigo 75.º do RAR, do Projeto de Voto n.º 408/XIV/2.^a (CDS-PP) - De saudação pelo 45.º Aniversário do 25 de Novembro;**
6. **Discussão e votação dos seguintes requerimentos:**
Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição do Ministro da Administração Interna, da Ministra da Agricultura e do Observatório Técnico Independente (OTI), a fim de se proceder ao necessário ponto de situação da atividade que tem sido desenvolvida desde a criação do Observatório.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 18/XIV/ 2.ª SL

- Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, para audição do Observatório Técnico Independente, do Ministro da Administração Interna, da Ministra da Agricultura e do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, sobre o balanço das atividades realizadas pelo Observatório e identificação de necessidades futuras;
7. Apresentação do relatório de participação na reunião interparlamentar subordinada ao tema do Estado de Direito, organizada pela Comissão LIBE do Parlamento Europeu, que decorreu no passado dia 10 de novembro e cuja representação da Assembleia da República foi assegurada pelas Senhoras Deputadas Isabel Almeida Rodrigues (PS) e Márcia Passos (PSD);
 8. Aprovação do Projeto de Voto de Saudação pelo Dia Internacional dos Direitos Humanos, apresentado pelos membros da Subcomissão para a Igualdade e não Discriminação, a apresentar à Mesa da AR para discussão e votação, como sendo da iniciativa da 1.ª Comissão, nos termos do n.º 9 do artigo 75.º do RAR;
 9. Fixação, nos termos do artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, da redação final do texto que «Procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 45/2019, de 1 de abril, que aprova a orgânica da Autoridade Nacional de Proteção Civil, alargando a composição do conselho nacional de bombeiros à participação da associação portuguesa de bombeiros voluntários» [Projetos de Lei n.ºs 196-XIV-1.ª (BE) e 203-XIV-1.ª(PAN)];
 10. Admissão e distribuição de petições, designadamente:
 - Petição n.º 156/XIV/2.ª - Contra o uso obrigatório de máscara nos espaços públicos;
 - Petição n.º 157/XIV/2.ª - Suspensão imediata do Estado de Emergência e impedimento de prorrogação do mesmo;
 - Petição n.º 159/XIV/2.ª - Incumprimento por parte da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores do pagamento de apoio a advogada;
 11. Apreciação e votação do Relatório final da Petição n.º 111/XIV/1.ª - "Aprovação do estatuto de vítima para crianças inseridas em contexto de violência doméstica" - Relatora: Deputada Elza Pais (PS)
 12. Outros assuntos.

12:00 Horas - Audição do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa (CFSIRP), na sequência de notícias vindas a público sobre indícios do crime de violação de segredo de Estado (a requerimento do Grupo Parlamentar do PCP)

Aberta a [reunião](#) pelo Senhor Presidente, Deputado Luís Marques Guedes, foram distribuídas e comunicadas as seguintes iniciativas legislativas:

PROJETOS DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	ADMISSÃO PUBLICAÇÃO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDADE	COMUNICAÇÃO EM COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA
PJL 604/XIV/2 (CH)	Tipificação de crime público para as agressões cometidas contra qualquer funcionário público, no exercício das suas funções,	15-12-2020	15-12-2020		Deputada Mónica Quintela (PSD)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 18/XIV/ 2.ª SL

	independentemente do seu sector de atividade e agravamento das molduras penais previstas para todas as condutas de ofensa à integridade física				
--	--	--	--	--	--

PROJETOS DE RESOLUÇÃO

N.º AUTOR	ASSUNTO	ADMISSÃO PUBLICAÇÃO	BAIXA COMISSÃO	ANÚNCIO COMISSÃO	DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO
PJR 774/XIV/2.ª (BE)	Recomenda ao governo a criação de medidas que assegurem que casais não-casados binacionais sejam excluídos das restrições de viagem para Portugal	10-12-2020	10-12-2020		Discussão em Comissão
PJR 780/XIV/2.ª (PAN)	Pela erradicação da mutilação genital feminina Redistribuição à 1.ª Comissão em 2020-12-14	10-12-2020	2020-12-14		Discussão em Plenário

Não havendo projetos de voto a anunciar, passou-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, com a apresentação pela respetiva Relatora, Senhora Deputada Beatriz Gomes Dias (BE), do relatório sobre as seguintes iniciativas europeias:

<u>11-11-2020</u>	COM(2020)614 Proposta alterada de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à criação do sistema «Eurodac» de comparação de dados biométricos para efeitos da aplicação efetiva do Regulamento (UE) XXX/XXX [Regulamento Gestão do Asilo e da Migração] e do Regulamento (UE) XXX/XXX [Regulamento Reinstalação], da identificação de nacionais de países terceiros ou apátridas em situação irregular, e de pedidos de comparação com os dados Eurodac apresentados pelas autoridades responsáveis dos Estados-Membros e pela Europol para fins de aplicação da lei e que altera os Regulamentos (UE) 2018/1240 e (UE) 2019/818
-------------------	---

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 18/XIV/ 2.ª SL

<u>11-11-2020</u>	COM(2020)612 Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que introduz uma triagem dos nacionais de países terceiros nas fronteiras externas e que altera os Regulamentos (CE) n.º 767/2008, (UE) 2017/2226, (UE) 2018/1240 e (UE) 2019/817
<u>11-11-2020</u>	COM(2020)610 Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à gestão do asilo e da migração e que altera a Diretiva 2003/109/CE do Conselho e a proposta de Regulamento (UE) XXX/XXX [Fundo para o Asilo e a Migração]
<u>11-11-2020</u>	COM(2020)611 Proposta alterada de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que institui um procedimento comum de proteção internacional na União e que revoga a Diretiva 2013/32/UE
<u>11-11-2020</u>	COM(2020)613 Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à resposta a situações de crise e de força maior no domínio da migração e do asilo

Após a apresentação, teve lugar um debate com a intervenção das Senhoras Deputadas Susana Amador (PS) e Mónica Quintela (PSD) e o Senhor Presidente, que formulou sugestões de aperfeiçoamento da redação das conclusões do relatório, após o que, incorporadas tais sugestões com a concordância da Relatora, o relatório foi aprovado por unanimidade.

Adiado o quarto ponto, a solicitação do proponente, procedeu-se à discussão e votação, nos termos dos n.ºs 7 e 8 do artigo 75.º do RAR, do [Projeto de Voto n.º 408/XIV/2.ª](#) (CDS-PP) - De saudação pelo 45.º Aniversário do 25 de novembro.

Intervieram no debate subsequente à apresentação do projeto de voto pelo proponente, Senhor Deputado Telmo Correia (CDS-PP) as Senhoras e os Senhores Deputados Jorge Lacão (PS), Mónica Quintela (PSD), Sandra Cunha (BE), Joacine Katar Moreira (Ninsc), Inês Sousa Real (PAN) e o Senhor Presidente, na qualidade de Deputado do PSD, tendo, a final, o texto final do projeto de voto (parte deliberativa) sido aprovado, nos termos do disposto nos n.ºs 7 e 10 do artigo 75.º do RAR, com os votos a favor do PSD, do CDS-PP e do PAN, contra do BE e da Deputada Não Inscrita Joacine Katar Moreira e a abstenção do PS, na ausência do PCP e do DURP do CH.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 18/XIV/ 2.ª SL

No ponto seguinte da ordem do dia, procedeu-se à apreciação e votação dos seguintes requerimentos:

- Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição do Ministro da Administração Interna, da Ministra da Agricultura e do Observatório Técnico Independente (OTI), a fim de se proceder ao necessário ponto de situação da atividade que tem sido desenvolvida desde a criação do Observatório, o qual, após apresentação e debate, foi aprovado por unanimidade, na ausência do PCP e do DURP do Chega;
- Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, para audição do Observatório Técnico Independente, do Ministro da Administração Interna, da Ministra da Agricultura e do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, sobre o balanço das atividades realizadas pelo Observatório e identificação de necessidades futuras, o qual, após apresentação e debate, porque complementar do anterior foi também aprovado por unanimidade, na ausência do PCP e do DURP do Chega;

Em seguida, foi apresentado pelas Senhoras Deputadas Isabel Almeida Rodrigues (PS) e Márcia Passos (PSD) o relatório de participação na reunião interparlamentar subordinada ao tema do Estado de Direito, organizada pela Comissão LIBE do Parlamento Europeu, que decorreu no dia 10 de novembro e cuja representação da Assembleia da República foi assegurada pelas Senhoras Deputadas na qualidade de membros da Comissão. À apresentação seguir-se-á o envio do relatório ao Senhor Presidente da Assembleia, para o efeito da sua publicação na II Série-D do DAR, nos termos do n.º 4 do artigo 42.º do RAR.

Foi ainda adotado por unanimidade, na ausência do CDS-PP, do PAN e do DURP do CH, o projeto de voto de saudação pelo Dia Internacional dos Direitos Humanos, apresentado pelos membros da Subcomissão para a Igualdade e não Discriminação, que foi deliberado a apresentar à Mesa da AR, como projeto de voto da iniciativa da

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 18/XIV/ 2.ª SL

Comissão, nos termos do n.º 9 do artigo 75.º do RAR, para leitura e votação na próxima sessão plenária de votações.

Procedeu-se ainda à fixação por unanimidade, na ausência do CDS-PP, do PAN e do DURP do CH, nos termos do artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, da [redação final](#) do texto que «Procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 45/2019, de 1 de abril, que aprova a orgânica da Autoridade Nacional de Proteção Civil, alargando a composição do conselho nacional de bombeiros à participação da associação portuguesa de bombeiros voluntários» [Projetos de Lei n.ºs [196-XIV-1.ª \(BE\)](#) e [203-XIV-1.ª \(PAN\)](#)]; tendo sido aceites as sugestões de redação constantes da Informação n.º 92/DAPLEN/2020, de 24 de dezembro de 2020, nos seguintes termos:

- o título deve merecer o seguinte aperfeiçoamento: “*Procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 45/2019, de 1 de abril, que aprova a orgânica da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, alargando a composição do Conselho Nacional de Bombeiros à participação da Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários*”;
- O artigo 1.º deve merecer o seguinte aperfeiçoamento: “*A presente lei procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 45/2019, de 1 de abril, que aprova a orgânica da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, alargando a composição do Conselho Nacional de Bombeiros à participação da Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários.*”

Foi ainda apreciada a admissibilidade das seguintes petições:

- [Petição n.º 156/XIV/2.ª](#), da iniciativa de Mário César Gonçalves Marques dos Reis “*Contra o uso obrigatório de máscara nos espaços públicos*”, que foi liminarmente indeferida, nos termos das alíneas c) do n.º 1 e b) do n.º 2 do artigo 12.º do Regime Jurídico de Exercício do Direito de Petição, aprovado pela Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto (na redação das Leis n.ºs 6/93, de 1 de Março, 15/2003, de 4 de Junho, 45/2007, de 24 de Agosto, 51/2017, de 13 de julho e 63/2020, de 29 de outubro), por deliberação unânime dos presentes;
- [Petição n.º 157/XIV/2.ª](#), da iniciativa de Mário César Gonçalves Marques dos Reis “*Suspensão imediata do Estado de Emergência e impedimento de prorrogação do mesmo*”, que foi parcialmente admitida, quanto ao pedido de impedimento de

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 18/XIV/ 2.^a SL

prorrogação do Estado de Emergência, tendo ficado concluída a sua apreciação com a aprovação da nota de admissibilidade, por deliberação unânime, nos termos do n.º 13 do artigo 17.º do Regime Jurídico do Exercício do Direito de Petição aprovado pela Lei n.º 43/90, de 10 de agosto (na redação da Lei n.º 6/93, de 1 de março, da Lei n.º 15/2003, de 4 de junho, da Lei n.º 45/2007, de 24 de agosto, da Lei n.º 51/2017, de 13 de julho e da Lei n.º 63/2020, de 29 de outubro), mais tendo sido deliberado remeter o texto da petição, bem como a respetiva nota de admissibilidade, aos Grupos Parlamentares, aos Deputados Únicos Representantes de Partido e às Deputadas não inscritas, para conhecimento, tendo, quanto ao restante pedido, sido liminarmente indeferida, nos termos da alínea c) do n.º 2 artigo 12.º do RJEDP, conforme proposto na referida nota;

- [Petição n.º 159/XIV/2.^a](#) - “Incumprimento por parte da Caixa de Previdência dos Advogados e dos Solicitadores do pagamento de apoio a advogada”, que foi admitida, tendo a sua apreciação ficado concluída com a aprovação da respetiva nota de admissibilidade, nos termos do n.º 13 do artigo 17.º do RJEDP, tendo sido deliberado remeter o texto da petição, acompanhado da mesma nota, será remetido à Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 19.º do RJEDP, bem como aos Grupos Parlamentares, aos Deputados Únicos Representantes de Partido e às Deputadas não inscritas, para conhecimento.

No décimo primeiro ponto da ordem de trabalhos, foi apreciado o Relatório final da [Petição n.º 111/XIV/1.^a](#) - "Aprovação do estatuto de vítima para crianças inseridas em contexto de violência doméstica", que, após apresentação pela respetiva Relatora, Senhora Deputada Elza Pais (PS), mereceu intervenções das Senhoras Deputadas Mónica Quintela (PSD) e Sandra Cunha (BE) e, a final, da Relatora, após o que foi aprovado por unanimidade.

Após um breve intervalo, teve início a audição do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP) - na sequência de notícias vindas a público sobre indícios do crime de violação de segredo de Estado (a requerimento do Grupo Parlamentar do PCP) -, que se fez representar por dois membros: os Senhores Drs. Abílio Morgado e António Rodrigues.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 18/XIV/ 2.ª SL

A audição decorreu à porta fechada, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 36.º da Lei-quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa (aprovada pela Lei n.º 30/84, de 5 de setembro, e alterada pelas Leis n.ºs 4/95, de 21 de fevereiro, 15/96, de 30 de abril, 75-A/97, de julho, e pelas Leis Orgânicas n.ºs 4/2004, de 6 de novembro, e 4/2014, de 13 de agosto - que a republicou), bem como do n.º 2 do artigo 110.º do RAR, sendo o seu conteúdo sigiloso por força do mesmo normativo.

O Senhor Presidente iniciou a audição, dando de seguida a palavra ao Senhor Deputado António Filipe (PCP) para apresentação do requerimento que motivou a realização da mesma.

Seguiu-se a intervenção dos Senhores Drs. Abílio Morgado, Presidente do CFSIRP, e António Rodrigues, membro do CFSIRP.

Na ronda única destinada a intervenções, usaram da palavra, para além do Senhor Presidente, a Senhora Deputada Sandra Cunha (BE) e os os Senhores Deputados Jorge Lacão (PS), André Coelho Lima (PSD), António Filipe (PCP) e Telmo Correia (CDS-PP), tendo o Senhor Presidente do CFSIRP respondido no final às questões colocadas.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13 horas e 9 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 16 de dezembro de 2020

O Presidente da Comissão



(Luís Marques Guedes)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 18/XIV/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

André Coelho Lima
André Ventura
António Filipe
Artur Soveral Andrade
Cláudia Santos
Elza Pais
Francisco Pereira Oliveira
Inês de Sousa Real
Isabel Alves Moreira
Isabel Rodrigues
Joaquim Katar Moreira
Joana Sá Pereira
José Magalhães
José Manuel Pureza
Luís Marques Guedes
Márcia Passos
Mónica Quintela
Pedro Delgado Alves
Rita Borges Madeira
Romualda Fernandes
Sandra Cunha
Telmo Correia
Beatriz Gomes Dias
Emília Cerqueira
João Pinho de Almeida
Jorge Lacão
José Cancela Moura
Lina Lopes
Paulo Porto
Susana Amador

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Neves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Sandra Pereira
Sara Madruga da Costa